



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA	15 JAN. 1980		
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

## Confusão na fusão das companhias de seguros

Ao proceder à nacionalização dos seguros, e para além de muito palavreado demagógico quanto ao «papel social do seguro» que encobria apenas a intenção de «deitar a mão» a um ramo de actividade que proporcionava abundantes lucros — o Governo gonalvista proclamou logo a sua determinação de agrupar as companhias então existentes em limitado número de sectores especializado: fogo, vida, automóvel, operações comerciais, etc.

Alegou-se então que uma tal concentração permitiria uma melhor especialização, que resultaria numa melhoria geral dos serviços a prestar através do aumento de eficiência dos organismos seguradores, de forma a dar ao seguro uma característica de «serviço social» em vez de rendosa operação comercial.

Quatro anos volvidos o seguro continua a ser uma operação eminentemente comercial e geradora de grandes lucros, mas cada vez mais pesada para o bolso do cidadão, que cada vez retira menores benefícios dos encargos que é forçado a suportar, já que muitos tipos de seguros (ex., o seguro obrigatório de responsabilidade civil para os possuidores de viaturas automóveis) são praticamente coercivos, dado que não o tendo, o cidadão incorre em gravíssimas penalidades.

No entanto, a prestação de serviços ou recebimento

de contrapartidas pelas entidades seguradoras, está cada vez pior! É ver o que se passa com os seguros pessoais de incapacidade temporária ou definitiva, de acidentes pessoais no trabalho, de acidentes de automóveis, etc, de que temos conhecimento pela Imprensa, que pela Rádio ou Televisão.

Mas para além de se não ter obtido melhoria apreciável da prestação de serviços, e nalguns casos até se ter assinalado degradação desses serviços, acresce que a «fusão» de muitos desses organismos, com isto à sua concentração, tem vindo a ser fortemente contestada, quer pelos utentes desses serviços, quer até mesmo pelo pessoal de alguns desses organismos. Daí que se afirme que a pretendida «fusão» está a redundar em «confusão».

Este assunto foi mais uma vez abordado, nas colunas do nosso colega «O Primeiro de Janeiro», em artigo assinado por Olímpio de Magalhães, e do qual reproduzimos estas passagens mais expressivas:

«Pelo que conhecemos dos planos de fusão elaborados pelos actuais gestores, e superiormente autorizados pelo anterior governo, admitimos que a confusão vá reinar durante largo tempo, com os consequentes prejuízos daí resultantes. Por isso mesmo defendemos que surjam urgentes correcções.

Já aqui o referimos e vol-

tamos a repetir: tudo foi feito apressadamente, com atropelos de toda a ordem e muitas incongruências.

Pretendeu-se servir interesses «suspeitos» e não se atendeu à verdade das situações. Há casos de flagrante «infelicidade», ou algo pior. Defenderam-se os parciais interesses de «compadrio», descurando propositadamente a visão correcta daquilo que devem ser novas empresas resultantes de fusões».

«Os actuais gestores, nalguns casos, adoptaram um estilo de gestão absolutamente ultrapassado, tornando as empresas «emperradas» e com perda de dinâmica diária, tudo se complicando, pois perderam-se mais na defesa dos seus conceitos de gestão e visão pessoal dos problemas, cultivando intrigas e perseguindo aqueles que têm a coragem de frontalmente os criticar, em prejuízo do desenvolvimento das empresas que lhes foram confiadas.

Tudo isto por absoluta incapacidade e falta da competência desejável.

Finalmente — e isto consideramos como o mais importante — que os novos gestores a nomear sejam na realidade os mais competentes e idóneos, acabando-se de vez com o clima de «favor» político e «apadrinhamento», pois sabemos haver neste sector profissionais com extraordinária competência e vuidade para porem as novas empresas a funcionar em pleno, como se deseja».